



Evento	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2014
Local	Porto Alegre
Título	Direito Divino e Humano - O Casamento de escravos na Madre de Deus de Porto Alegre 1772 - 1822
Autor	MARINA CAMILO HAACK
Orientador	ANA SILVIA VOLPI SCOTT
Instituição	UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

A transferência da sede do governo da capitania do Rio Grande de São Pedro para a Freguesia da Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, em 1773, no ano seguinte de sua fundação, coincidiu com um acentuado processo de crescimento populacional. O fenômeno estava relacionado ao crescimento territorial da localidade e ao aumento da presença de escravos. Neste momento os registros paroquiais católicos eram os meios pelos quais se registravam os principais momentos da vida de um indivíduo: batismo (nascimento), casamento e morte.

A presente comunicação visa analisar os casamentos de escravos da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, no período de 1772 a 1822. Pretende-se discutir os dados relativos ao volume anual e a média de casamentos no período analisado, a sazonalidade dos matrimônios de escravos, assim como explorar as questões ligadas às naturalidades dos nubentes, trazendo elementos importantes para a reflexão a respeito do significado e da importância do casamento de cativos dentro da comunidade escrava e da freguesia. A análise inicial dos dados teve um caráter predominantemente quantitativo.

Este trabalho está integrado ao projeto de pesquisa Família e Sociedade no Brasil Meridional entre as décadas de 1772 a 1835, orientado pela Prof^a Dr^a Ana Silvia Volpi Scott do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPG História/UNISINOS), e financiado pelo CNPq. Os dados levantados dos registros paroquiais da freguesia em questão estão sendo cadastrados no programa NACAOB, desenvolvido especialmente para a inserção e análise dos mesmos. Estes dados são extraídos em tabelas e analisados em suas especificidades.

Os registros paroquiais deveriam obedecer à normatização definida pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) para a administração e registro dos sacramentos cristãos – entre outros aspectos do catolicismo –, conforme o estabelecido pelo Concílio de Trento (1545-63). As Constituições Primeiras expressavam ainda a preocupação com a manutenção do casamento dos escravos. A análise do texto das Constituições revela que o matrimônio dos escravos era considerado um direito divino e humano, além de impedir que os senhores de alguma forma separassem o casal. Porém, é explícito que o casamento, seja com livres ou indivíduos da mesma condição jurídica, não implicava em liberdade.

Nos registros analisados, temos sempre a data, a hora, a indicação de duas testemunhas e o nome do proprietário. Na maior parte dos casos, a naturalidade e a cor dos cônjuges. Em poucos casos foi possível identificar o nome dos pais dos nubentes, principalmente quando se tratava de filhos legítimos.

Em relação à “naturalidade” dos nubentes cativos, dado que se refere aos portos de origem destes e não do local de nascimento, percebemos a significativa participação de africanos oriundos da África central-atlântica. Era desta região a maioria dos escravos desembarcados no Rio de Janeiro, principal responsável pelo fornecimento de cativos para a capitania do Rio Grande de São Pedro.

Os primeiros resultados da análise comparativa entre os casamentos da população escrava e livre apontam que havia um número consideravelmente menor de casamentos entre escravos se comparados com os de livres no mesmo período. Entre os livres foram registrados 1.526 casamentos (1770-1819), enquanto entre a população escrava foram 219 casamentos entre 1772 e 1822. Em média, foram mais de 31 casamentos por ano entre os livres e cerca de 4 entre os escravos. Quando os registros foram analisados agrupados por décadas, contudo, percebeu-se um aumento do número absoluto de casamentos de escravos. A partir deste trabalho almejamos que novas possibilidades de estudos se estruturam para a análise destes dados, e assim, poder retomar um pouco mais da vivência desses escravos, apontando o papel do casamento entre a população cativa e suas formas de se inserir na freguesia.